



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 18 de janeiro de 2011

A CRITICA sim & não OPINIÃO	1
A CRITICA PEÇA PARA MOTOS, MOTONETAS E SIMILARES ECONOMIA	2
A CRITICA DESVALORIZAÇÃO DO DOLAR ECONOMIA	3
A CRITICA LOGÍSTICA AÉREA ECONOMIA	4
A CRITICA CONJUNTO DE MEDIDAS ECONOMIA	5
A CRITICA Júlio Ventilari BEM VIVER	6
AMAZONAS EM TEMPO Indústria ECONOMIA	7
AMAZONAS EM TEMPO Taxa cambial ECONOMIA	8
AMAZONAS EM TEMPO Jander Vieira ECONOMIA	9
DIÁRIO DO AMAZONAS Claro & Escuro OPINIÃO	10
DIÁRIO DO AMAZONAS MDIC BRASIL	11

sim & não

ZFM O senador João Pedro e o deputado federal Francisco Praciano, do PT, vão se encontrar amanhã com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel. Em pauta, a Zona Franca de Manaus.

PEÇA PARA MOTOS, MOTONETAS E SIMILARES

Suspeita de subfaturamento

Isso pode estar acontecendo com os insumos importados para o setor de Duas Rodas no País, segundo denúncia da Anfamoto

CIMONE BARROS
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A Associação Nacional dos Fabricantes e Atacadistas de Motopeças (Anfamoto) fez denúncia ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) de possível subfaturamento nos insumos importados pelo setor de motocicletas do País. Segundo a Associação das Indústrias e Empresas de Serviços do Amazonas (Aficam), a Anfamoto propõe que as importações dos insumos passem primeiro pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX/MDIC), num processo que levaria até 90 dias. Isso implicaria "num desastre" para o polo de duas rodas de Manaus.

De acordo com a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), atualmente metade dos componentes, em números absolutos, das motocicletas do Polo Industrial de Manaus (PIM) tem liberação automática pela posição genérica NCM 8714.19.00. Em termos de valores, representa 30%.

Segundo o coordenador-geral de Acompanhamento de Projetos Industriais da Suframa, Gustavo Igrejas, todas as partes e peças das motos que não têm

posição específica são classificadas nessa posição genérica, onde se pode encontrar tanto peças mais singelas quanto su-

portes e espaçadores, assim como *chassi*, que é uma das principais peças da motocicleta.

"Os impactos negativos são

diversos. O principal é o custo final da produção, uma vez que será necessário aumentar os estoques de componentes, visan-

do evitar eventuais paralisações nas linhas de fabricação", disse Igrejas.

Na próxima quinta-feira, entidades ligadas ao setor reúnem-se em Brasília para tratar do licenciamento não automático dos componentes classificados nessa posição. A Suframa e as empresas do setor deverão demonstrar os impactos negativos que a medida trará para o PIM. Segundo a Aficam a ideia é deixar claro que o processo de subfaturamento é praticamente impossível de existir no PIM, dados os rigorosos processos para a obtenção da licença de importação e que as consequências podem ser desastrosas.

Para a Aficam, a proposta da Anfamoto afetaria as fabricantes de bens finais e as componentistas, que desde o fim de 2008 lutam para se recuperar do baque da crise mundial e da queda na venda de motos. Manaus concentra boa parte da produção nacional, com grandes fabricantes instaladas aqui, como Honda e Yamaha.

A Suframa estima que o setor gere cerca de 30 mil empregos. Em 2010, foram produzidas 1,8 milhão de motos, motonetas e ciclomotores (dados não incluídos) contra 2,3 milhões em 2008.

Descrição completa em lista

Apesar de ser automático, o licenciamento somente autoriza importações cujos componentes estejam com a descrição completa na lista de insumos importados da Suframa. Esse é o principal argumento que a Autarquia utilizará para defender a liberação automática.

"Não é possível importar partes e peças sem que se saiba exatamente o que está sendo importado, o que diminui sensivelmente a possibilidade de subfaturamento", afirmou Gustavo Igrejas.

Esta autorização prévia permite que as importações sob o Decreto-Lei nº 288/67 seja feito um monitoramento dos preços de aquisição, podendo as importações serem excluídas do licenciamento não automático.

Para auxiliar o polo de duas rodas, o governo do Estado publicou o decreto nº 30.923, no último dia 12, que concede incentivos fiscais. Entre as mudanças está a redução de base de cálculo de ICMS em 60% quando da importação do exterior, por indústrias de bem final, de insumos para o processo produtivo de motocicletas.

DESVALORIZAÇÃO DO DOLAR

Comércio se beneficia

Importadores aumentaram em 52,7% a compra de bens de consumo no exterior, sobretudo, na China

JOUBERT LIMA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

A desvalorização do dólar em relação ao real tem favorecido a importação de produtos para abastecimento do comércio local. A importação de bens de consumo pelo Estado cresceu 52,7% em 2010 na comparação com o ano anterior. Esses produtos representam uma pequena parte - apenas 4,6% - do total importado. Isso ocorre porque o grosso das compras externas tem como destino a indústria da Zona Franca de Manaus; são os bens de capital (máquinas, equipamentos, etc), que respondem por 68%; e os bens intermediários (onde se enquadram os insumos).

Dos US\$ 11 bilhões importados pelo Amazonas em 2010, apenas R\$ 509,4 milhões dizem respeito a bens de consumo (entre duráveis e não duráveis). Os dados são do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic).

Entre os produtos mais importados pelos comerciantes locais estão os ventiladores, equipamentos de som e aparelhos de DVD entre outros. O diretor de tu-

mais essa diferença.

A alta nas importações para o comércio acompanha o "boom" experimentado nas compras para abastecer a indústria.

De acordo com Maxwell Israel, a importação acontece de várias formas distintas, dependendo do perfil, das relações e do grau de conhecimento do comerciante.

"Alguns importam diretamente das fábricas chinesas, sem intermediários. Outros preferem buscar produtos em importadores no Panamá, onde há área de livre comércio. Há também a possibilidade de fazer a importação da China, via Panamá. Isso depende de cada um", detalha o diretor.

SUPREMACIA CHINESA

Os dados do Mdic atestam o peso dos produtos chineses nas importações do Estado. As fábricas chinesas respondem por 33% das compras internacionais do Amazonas, mais que o dobro do segundo fornecedor, a Coreia do Sul (16,4%). Japão (11%), Estados Unidos (8,4%) e Taiwan (6,3%) completam a lista de principais países de origem das importações.

"Cada vez que o dólar se desvaloriza é bom para importação. Mas não acredito que a moeda brasileira vá se valorizar mais do que já está", disse o diretor da ACA, salientando que uma desvalorização acentuada pode ser nociva para a economia. Isso ocorre quando os importados passam a representar ameaça à indústria nacional.



Bens de capital - São conhecidos como bens de produção ou bens de capital, os equipamentos e instalações - ou seja: bens ou serviços necessários à produção de outros bens.

Bens intermediários - Bens intermediários são os bens produzidos pela indústria de base. São os famosos insumos, instrumentos necessários a outras indústrias.

Bens de consumo - Alimentos, roupas, cadeiras, televisões etc. São bens que se destinam a satisfazer as necessidades de consumo de um indivíduo.

rismo da Associação Comercial do Amazonas (ACA) Maxwell Israel, explica que os preços desses produtos no exterior, principalmente na China, inviabilizam sua produção local. E a diferença cambial tem aumentado ainda

LOGÍSTICA AÉREA

Lufthansa chega a Manaus

Empresa de transporte de carga realiza, no sábado, voo inaugural para marcar início de suas operações

TEREZINHA PATRÍCIA
DA EQUIPE DE A CRÍTICA

No próximo sábado a Lufthansa Cargo faz um voo inaugural para marcar o início de suas operações em Manaus, com a aeronave MD11F que tem capacidade para 85 toneladas. Estão programados dois voos semanais, às segundas e quintas, de Frankfurt, na Alemanha, para Manaus; e o retorno, Manaus-Frankfurt será às terças e sábados, com escalas em Quito, no Equador, e Bogotá, na Colômbia. Os segmentos comercial e industrial esperam melhorias no transporte com a chegada de uma nova empresa.

O vice-presidente da Lufthansa para as Américas, Achim Martinka, diz que Manaus é uma zona de livre comércio que evoluiu para um dos maiores centros industriais do Brasil. "Com essas novas conexões, estamos expandindo nosso produto personalizado a fim de atender o aumento da demanda da indústria de alta tecnologia, principalmente da Ásia", ressalta.

OTIMISMO

A notícia da chegada de uma nova companhia de transporte no modal aéreo deixou otimista o

presidente do Sindicato da Indústria de Aparelhos Elétricos, Eletrônicos e Similares de Manaus (Sinaees), Wilson Périco. Segundo ele, além da necessidade de opções logísticas, essa decisão demonstra a importância e crescimento do Polo Industrial de Manaus (PIM).

O presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Manaus (CDL-Manaus), Ezra Azury Benzion, afirma que o que vem para melhorar a logística é positivo para o comércio.

PERCURSO NOVO

"Hoje os voos para Manaus, na sua grande maioria, passam pelos Estados Unidos, essa opção pela Europa é um novo percurso que poderá reduzir o tempo de trânsito dos insumos para o PIM", aponta Périco.

Comentando sobre o transporte de carga no modal aéreo na Zona Franca de Manaus, Périco diz que há duas situações, a oferta de voos e a capacidade do aeroporto. "A Infraero fez investimentos para aumentar a capacidade do aeroporto e continuará fazendo melhorias e ampliações até 2012, por conta da Copa. Quanto a oferta de voos, isso ainda não aconteceu e sofremos muito, principalmente nos pe-

ríodos de pico da economia mundial como foi no final do ano", ressalta. O transporte aéreo de cargas conta com cinco empresas, com no máximo quatro voos semanais cada uma. Em determinados períodos há falta de espaço nos aviões.

Coletiva

Nesta quinta-feira, o diretor regional da Lufthansa, Daniel Bleckmann, e o gerente regional Brasil, Cleverton Vighy, recebem a imprensa, na sede da Suframa, para anunciar o início dos voos da Lufthansa Cargo para Manaus. A coletiva está marcada para às 11h.

Indústria: novidade é bem vinda

A notícia da vinda de uma nova empresa de transporte de carga é bem recebida pelo setor empresarial industrial do Amazonas, segundo o diretor executivo das coordenadorias da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Flávio Dutra. O número de empresas operando no modal de transporte aéreo de cargas é hoje pequeno e insuficiente para estabelecer uma concorrência sadia, observa.

Muito embora o modal mais utilizado, de e para o exterior, ser o naval, muitas indústrias pelas peculiaridades de sua produção e suprimento de insumos utilizam o modal aéreo no qual não existe muitas alternativas.

O diretor regional da Lufthansa para a América do Sul, Caribe e Flórida, Daniel Bleckmann, informa que a companhia servia Manaus por meio de parcerias e agora marca presença, fechando uma lacuna que havia na malha aérea sul-americana. "Enquanto Manaus é um forte mercado importador, a Lufthansa Cargo será uma das poucas empresas aéreas a oferecer espaço também para a exportação", acrescenta o diretor.

CONJUNTO DE MEDIDAS

MDIC anuncia desoneração

Governo enviará proposta ao Congresso em fevereiro

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, anunciou ontem, em São Paulo, que o Governo Federal preparou um conjunto de medidas de desoneração a ser encaminhado ao Congresso Nacional em fevereiro. “Ao longo de fevereiro nós vamos estar enviando as primeiras medidas. Não vamos falar em reformas, vamos falar de um conjunto de medidas a serem enviadas que vão contemplar a expectativa da indústria brasileira”, disse o ministro durante a abertura da 38ª Couromoda, principal feira da indústria de calçados do País.

Pimentel não quis adiantar

quais serão as medidas que serão anunciadas em fevereiro e disse que a presidente Dilma Rousseff determinou que os ministérios determinem os pontos de estrangulamento de seu setor, que prejudicam a competitividade da indústria brasileira.

CHINA

O ministro revelou a preocupação com a tentativa da China de burlar as barreiras comerciais impostas pelo Brasil, por meio da prática de triangulação, que é a exportação de calçados chineses ao Brasil com selo falso de produção de outros países como Vietnã, Malásia e Indonésia.

Júlio Ventilari

Lado B

Sobre a informação de que o governador do Acre, Tião Viana, quer colocar seu irmão, Jorge, na Superintendência da Suframa, rolava, ontem, uma nova versão. Fala-se que Flávia Grosso tem a promessa de ficar no cargo no primeiro ano do Governo Dilma Rousseff.

Indústria

Novas medidas de desoneração devem sair no mês de fevereiro

O ministro do Desenvolvimento, Fernando Pimentel, afirmou ontem que o governo prepara medidas de desoneração do setor produtivo para aumentar a competitividade da indústria do país.

De acordo com ele, as medidas devem ser enviadas ao Congresso Nacional em fevereiro quando tomam posse os novos deputados e senadores. "O governo tem o compromisso de defender a indústria nacional. Não podemos competir quando as condições são tão desiguais", afirmou, durante abertura da Couromoda, em São Paulo.

Pimentel comentou ainda sobre os problemas que a indústria calçadista enfrenta com as importações predatórias da China. O governo adotou no ano passado uma tarifa antidumping contra os calçados vindos do país asiático.

O setor ainda reclama, porém, de um processo de triangulação feito pela indústria chinesa em que os calçados do país entram no

Brasil como se tivessem sido importados do Vietnã, Indonésia, entre outros.

"Estamos atentos à triangulação e vamos tomar medidas contra isso", afirmou o ministro, acrescentando a realização de reunião técnica

As medidas, que chegarão ao Congresso Nacional no próximo mês, visam garantir a competitividade da indústria nacional

com o setor nesta segunda para discutir uma nova ação antidumping.

"O setor está enfrentando a maior ameaça de sua história. Ela tem nome e endereço e nós sabemos muito bem qual é. Mas está sendo enfrentada", afirmou.

Taxa cambial

Receita reajusta valor em reais da exportação

Para reduzir os impactos da valorização do real em relação ao dólar, as empresas poderão reajustar pelo fator de 1,09 (um inteiro e nove centésimos) os valores em reais das exportações, realizados dentro de um mesmo grupo multinacional, no ano passado. Segundo a Receita Federal, as empresas de um mesmo grupo não podem declarar a venda de bens ao exterior para subsidiárias a preços inferiores a 90% do preço praticado no mercado interno. Mas com a valorização do real, ao converter os preços dessas operações – realizadas em dólar – essas companhias acabavam apurando um preço menor em moeda nacional. Nessas ocasiões, o fisco cobrava um adicional de IRPJ e CSLL, para compensar a diferença.

“Na prática, o ajuste de preços de referência equilibra a variação da moeda, aumentando o valor das exportações em reais para evitar essa cobrança adicional. É um pedido das empresas”, afirmou o auditor da Coordenação-Geral de Tributação da Receita, Flávio Barbosa.

Segundo ele, a medida alcança apenas as exportações entre empresas de um mesmo grupo, porque normalmente essas operações não são realizadas a preço de mercado e, portanto, estão obrigadas a atender o patamar mínimo de preço. No caso das importações intragrupo, as companhias precisam atender a um patamar máximo de preço.

O fator de 1,09, publicado ontem no Diário Oficial da União, foi calculado a partir da média da cotação do dólar comercial em 2010, comparada à média dos três anos anteriores. Por essa metodologia a valorização do real considerada pela Receita no ano passado foi de 9%, daí o fator de 1,09.

Segundo Barbosa, o ajuste é adotado desde 2005, quando o fator aplicado foi de 1,35. Em 2009, quando o real se desvalorizou por conta da crise, não foi necessária a aplicação do fator. Entre os setores mais beneficiados pela medida estão as indústrias automobilística, farmacêutica, de mineração e de petróleo.

Jander Vieira

Recorde de empregos

Diferente da média nacional do nível de empregos na indústria em novembro de 2010 divulgados pelo IBGE, o PIM se destacou mais uma vez. O total de 110 mil postos diretos de trabalho foi 10,59% superior aos 99 mil registrados em novembro de 2009. Também houve crescimento de 0,56% com relação ao mês de outubro, quando se chegou a 109 mil empregos. A Superintendência da Zona Franca de Manaus estima que os números consolidados de dezembro apontem recorde de 116 mil empregos.

Claro & Escuro

Zona Franca na região da catástrofe

O senador Lindberg Farias (PT/RJ) afirmou, ontem, em Teresópolis (RJ), que já está em discussão um pacote econômico para reconstrução das cidades serranas. Uma das medidas seria criar na região uma zona franca nos moldes da Zona Franca de Manaus para recuperar mais rapidamente a economia da região.

MDIC

Medidas a favor das indústrias saem em fevereiro

O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Fernando Pimentel, afirmou ontem, em São Paulo, que o governo federal preparou medidas de desoneração a serem encaminhadas ao Congresso em fevereiro, no início do ano parlamentar.

“Ao longo de fevereiro nós vamos estar enviando as primeiras medidas. Não vamos falar em reformas, vamos falar de um conjunto de medidas a serem enviadas, que vão contemplar a expectativa da indústria brasileira”, disse o ministro, durante a abertura da 38ª Couromoda, principal feira da indústria

de calçados do País.

O ministro disse também que o governo brasileiro estuda medidas contra o avanço da indústria chinesa no País. O ministro revelou a preocupação com a tentativa da indústria chinesa de burlar as barreiras comerciais impostas ao país asiático, por meio da prática de triangulação, que consiste na exportação de calçados chineses para o Brasil com um selo falso de produção de outros países asiáticos, como Vietnã, Malásia e Indonésia.

“Se for comprovado, vamos tomar medidas em relação a isso”, afirmou Pimentel.